UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

MICHELLE DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO NA SEPARAÇÃO DOS
PODERES ECLESIAÍSTICO E LAICO: O OLHAR DE MARSÍLIO DE
PÁDUA**

MICHELLE DE CARVALHO

**MARINGÁ
2013**

2013

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

MICHELLE DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO NA SEPARAÇÃO DOS
PODERES ECLESIAÍSTICO E LAICO: O OLHAR DE MARSÍLIO DE
PÁDUA**

MICHELLE DE CARVALHO

**MARINGÁ
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO NA SEPARAÇÃO DOS PODERES
ECLESIÁSTICO E LAICO: O OLHAR DE MARSÍLIO DE PÁDUA**

Monografia apresentada por Michelle de Carvalho ao Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá como um dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Pesquisa Educacional.

Orientadora:
Terezinha Oliveira

MARINGÁ
2013

MICHELLE DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO NA SEPARAÇÃO DOS PODERES
ECLESIÁSTICO E LAICO: O OLHAR DE MARSÍLIO DE PÁDUA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira (Orientadora) – UEM

Prof. Ms. Rafael Santin - UEM

Prof^a. Ms. Laís Boveto - UEM

Data da aprovação: 05 / 08 / 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus por ter tido a oportunidade de realizar este trabalho, pois Ele me deu o dom da vida e saúde, fundamentais para realizarmos qualquer tarefa.

À minha família que sempre me apoiou durante a realização deste e de todos os meus trabalhos, de forma especial ao meu filho e ao meu esposo que estão sempre ao meu lado.

Aos meus colegas de trabalho pelo incentivo e também pela compreensão em todos os momentos que deles precisei.

Por fim à banca examinadora pelo apoio e colaboração e principalmente à minha querida orientadora Terezinha Oliveira sempre disposta a ajudar-me desde a época de minha graduação, a todos vocês o meu muito obrigado.

Epígrafe:

Quase todos os homens são capazes de suportar adversidades, mas se quiser por à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder.
([Abraham Lincoln](#))

CARVALHO, Michelle. **EDUCAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO NA SEPARAÇÃO DOS PODERES ECLESIAÍSTICO E LAICO: O OLHAR DE MARSÍLIO DE PÁDUA.** (28 f.) Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional – Turma IV) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: (Terezinha Oliveira) Maringá, 2013.

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a separação dos poderes laico e religioso e sua repercussão nos diversos setores da sociedade, como, por exemplo, na elaboração e no cumprimento das leis, na forma de governar, na religião e na educação. Para tanto, utilizaremos a obra de Marsílio de Pádua, intitulada *O Defensor da Paz*, na qual o autor discute a temática e apresenta argumentos em defesa da separação, para comprovar sua tese baseia-se principalmente no aristotelismo e nos escritos da Bíblia Sagrada.

Palavras-chave: Separação dos Poderes; Marsílio de Pádua; Laico; Religioso.

ABSTRACT

The present paper aims at discussing the separation of secular and religious powers and its impact on various sectors of society, such as in the development and enforcement of laws, in the form of government, the action of the clergy, religion and education. For this we use the work of Marsilius of Padua, *The Defender of Peace*, in which the author discusses the subject presenting their arguments to the separation. The work of Marsilius of Padua is based on Aristotelianism and the writings of the Holy Bible, the author makes use of profane and sacred writings to expose his thesis.

Keywords: Separation of Powers; Marsilius of Padua; Laico; Religiou

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. A SOCIEDADE PERFEITA.....	11
3. A NECESSIDADE DE REGRAS OU LEIS.....	14
4. QUAL SERIA A MELHOR FORMA DE GOVERNO.....	17
5. O CLERO	19
6. EDUCAÇÃO E RELIGIÃO.....	23
7. CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discutir a separação dos poderes eclesiástico e laico e sua interferência social na política e na religião no período medieval, mais especificamente em torno do século XIV. Buscamos entender a repercussão dessa separação nos diversos aspectos sociais, como, por exemplo, na elaboração e no cumprimento das regras sociais, na forma de governar, na ação do clero, da religião e na educação.

Essa disputa esteve presente durante muito tempo na história do Ocidente, porém tornou-se mais acirrada entre os séculos XIII e XV, nos quais assistimos ao surgimento de vários escritos que dela trataram diretamente.

Dentre tantos autores que analisaram a questão, destaca-se, nesse cenário, Marsílio de Pádua com sua obra *O Defensor da Paz*, na qual o autor discute amplamente a separação dos poderes e como esse acontecimento repercute em várias instâncias da sociedade. Utilizamos esta obra como fonte para nosso trabalho, bem como obras de outros autores considerados importantes na temática ora abordada.

Marsílio nasceu em Pádua, na Itália e viveu entre os anos de 1275 e 1343. Foi jurisconsulto e político italiano e bem cedo se envolveu com a política. Em 1312, começou a ensinar na universidade de Paris e se tornou reitor no ano de 1313. Foi declarado herético por João XXII pelo fato de ter apoiado Luís, o Bávaro, e por isso teve que se exilar de Paris. Em 1328, foi para Roma acompanhando o imperador e lá foi nomeado vigário imperial da cidade; morreu em Munique, local em que exercia o cargo de conselheiro político do imperador.

A obra de Marsílio de Pádua é baseada no aristotelismo e nos escritos das Sagradas Escrituras. Segundo Souza (1997), o eixo da teoria do autor é inspirado nas cidades - repúblicas italianas da Baixa Idade Média, reforçando a ideia de que a única realidade é o Estado, alicerçado na soberania do povo; um Estado laico, em que até mesmo o papa deve se submeter ao poder temporal. Ainda para Souza (1997), Marsílio de Pádua é citado como o primeiro doutrinador da

soberania popular, influenciando grandemente na disseminação do que viria a ser o liberalismo político.

Na obra de Marsílio de Pádua, notamos a importância que o autor atribui às discussões e aos questionamentos, pois debate sobre o poder da Igreja, argumentando em defesa da comprovação de sua tese, ou seja, estimula novas reflexões acerca do papel do clero e propõe mudanças na sociedade em questão.

Tentaremos demonstrar em nosso trabalho o que Marsílio acreditava ser necessário para se ter uma sociedade harmônica, neste sentido o iniciamos indicando o que Marsílio acreditava ser uma sociedade perfeita, em seguida explicaremos por que o autor acredita que as leis são importantes neste sentido, posteriormente trataremos do governo da cidade e sobre o papel do clero na sociedade e encerramos o trabalho abordando a importância da educação para a sociedade.

2. A SOCIEDADE PERFEITA

Em consonância com Marsílio de Pádua, uma sociedade só pode ser considerada perfeita se estiver em paz, e para isto ela deve estar organizada racionalmente de modo que cada um possa cumprir, da melhor forma possível, o seu papel, possibilitando que todos vivam em harmonia e bem. O autor inicia sua obra com uma citação que esclarece muito bem o que seria a sociedade perfeita:

Todo reino deve buscar a tranquilidade, pois ela proporciona o desenvolvimento das nações. De fato, a paz é a causa total da beleza, das artes e das ciências. É ela que, multiplicando a raça dos mortais, mediante uma sucessão regenerada, aperfeiçoa as possibilidades e cultiva os costumes, sugerindo-nos a idéia de que o ignorante desconhece tais bens porque jamais o procurou (MARSILIO DE PÁDUA, 1997, p. 67).

Na passagem, percebemos a ideia que estará presente em toda a obra do autor, a de que uma sociedade deve buscar a tranquilidade e a paz, mas que estas não são fáceis de serem encontradas, pois nem sempre os integrantes da sociedade estão dispostos a realizar suas tarefas de forma coletiva, colaborando, assim, para a sua organização e conseqüentemente alcançando a paz e a tranquilidade.

Marsílio de Pádua expõe o que para ele seria o inverso do que se espera de uma cidade organizada, ou seja, a 'intranquilidade'. Em sua concepção, a má organização de uma cidade atua como uma doença em um ser vivo, porque impede que suas partes realizem, de forma adequada, seus papéis, desestruturando, assim, toda a cidade. Nesse sentido Sergio Ricardo Strefling em seu artigo *A concepção de paz na civitas de Marsílio de Pádua*, comenta que...

[...] a paz exige esforço do homem, porém salienta que ela é uma construção da *civitas*, na medida em que se destrói as causas que ameaçam e sobretudo na medida em que se destrói aquela causa mais perversa, que é a plenitude do poder (STREFLING, 2010, p.155).

Strefling destaca aqui a ideia de Marsílio de Pádua de que paz deve construir-se racionalmente e coletivamente e que as causas que a ameaçam

devem ser destruídas e segundo o autor paduano uma dessas principais causas é a plenitude do poder.

Ao tratar da origem da sociedade civil, no início de sua obra, o autor faz uma breve retomada histórica, descrevendo como viviam as primeiras sociedades. Ele observa que os homens habitavam em uma só casa e eram regulados pelo mais velho, mas com o passar dos tempos às pessoas deixaram de viver dessa forma.

O autor dá o exemplo das aldeias que tinham uma forma própria de organização e mesmo com o aumento dessas comunidades, fazia-se necessário que só uma pessoa os coordenasse. A esse respeito, encontramos uma citação do livro III, da Política de Aristóteles: “Portanto, apenas um só era tido e considerado como o mais sábio ou o melhor dentre todos, se bem que a organização social fosse menos imperfeita do que a existente no povoado ou aldeia (ARISTÓTELES, livro III da Política, cap. 9)”.

Para Marsílio de Pádua, a *civitas* ou cidade só seria perfeita quando todas as suas partes trabalhassem em favor do todo, o autor entendia que a comunidade perfeita seria aquela capaz de satisfazer todas as necessidades dos cidadãos, objetivando uma vida boa.

Marsílio de Pádua cita seis atividades que para ele devem estar presentes na cidade, colaborando para o bem comum. São elas: a agricultura, o artesanato, o judiciário, o exército, o financista e o sacerdócio.

A agricultura deve providenciar os alimentos, fundamentais para a subsistência da sociedade. O artesanato é a parte responsável por produzir os diversos materiais necessários para as atividades na cidade, como, por exemplo, ferramentas, utensílios, vestuário e arte. O judiciário tem como função a regulação da sociedade, observando o que é justo e evitando conflitos que possam gerar desordens e estragos. O exército defenderia a cidade contra ataques e evitaria pequenas rebeliões internas. Os financistas cuidariam da riqueza e das relações comerciais da cidade, visando a sua autossuficiência. Os sacerdotes deveriam aconselhar e preparar os homens para a vida espiritual, auxiliando no seguimento da lei divina.

Os homens perceberam que à medida que se associavam ficava mais fácil providenciar o que necessitavam para o dia-a-dia, ou seja, essa organização era perfeita. Assim, cada grupo social realizava um serviço específico em prol de toda a comunidade, e esta foi denominada 'cidade'. Conforme Marsílio de Pádua, para que ocorresse essa organização, era preciso uma pessoa para organizar a sociedade e segundo o mesmo: “É o legislador que estabelece, separa e diferencia esses grupos da mesma forma que a natureza age com os seres vivos, ao instituir ou produzir na cidade [...] (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.104)”.

Para o autor, mesmo com a sociedade organizada em grupos distintos, com cada um fazendo sua parte em prol de toda a comunidade, é necessário alguém para organizar melhor esses grupos e coordenar o todo social.

3. A NECESSIDADE DE REGRAS OU LEIS

Como observamos anteriormente, para Marsílio de Pádua, a sociedade perfeita, ou seja, a cidade só teria a perfeição com a organização dos cidadãos e grupos sociais. Desse modo, cada um exerceria de forma adequada seu papel, consolidando-se assim o bem comum, tudo de maneira harmoniosa. Mas, infelizmente, as pessoas são movidas por impulsos, por paixões e nem sempre conseguem realizar espontaneamente e de forma adequada suas tarefas.

No intuito de se preservar a harmonia nas comunidades, fez-se necessário o surgimento de normas, regras ou leis a serem seguidas, e dessa maneira a tranquilidade poderia ser preservada e as arbitrariedades poderiam ser punidas.

Para que o leitor não tivesse dúvidas do que o autor entende por lei, Marsílio de Pádua apresenta várias definições da palavra lei, dentre elas algumas se referem a escritos da Bíblia Sagrada e outras a escritos laicos. A primeira definição é a de que: “[...] ‘lei’ quer dizer, uma predisposição sensível e natural para determinada ação ou sentimento [...]” (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.116)”.

Pádua demonstra mais três diferentes significados para a palavra lei usando o exemplo contido no livro II da Filosofia de Aristóteles, no qual este chama as religiões de lei. O jurista não desconsidera a importância da lei sagrada, mas demonstra a necessidade de leis para serem seguidas no âmbito temporal, buscando o viver bem nas cidades. A definição mais acertada da palavra lei seria:

Portanto, a lei é um enunciado ou princípio que procede duma certa prudência e da inteligência política, quer dizer, ela é uma ordem referente ao justo e útil, e ainda aos seus contrários, através da prudência política, detentora do poder coercivo, Isto é, trata-se de um preceito estatuído para ser observado, o qual se deve respeitar, ou, ainda, a lei é uma ordem promulgada através de determinado preceito (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.117).

A importância das leis é discutida por Marsílio de Pádua, que salienta que não adianta a existência das leis se não for colocada uma exigência para sua observação, ou seja, caso ela não seja cumprida, a pessoa que não a cumprir deve sofrer punição e ainda ressalta que para uma lei ser ‘perfeita’ ela deve considerar tudo o que é justo e útil, pois de nada adiantaria a existência de leis que fossem injustas.

Para que essas regras sejam realmente cumpridas, elas devem fazer parte da educação da comunidade, porque não há como ocorrer uma mudança de hábitos de forma imediata, esses hábitos e regras devem ser instituídos na sociedade o mais cedo possível, os cidadãos devem ser educados para viverem em uma sociedade civilmente organizada. Encontramos tal ideia presente no texto de Cezar de Alencar Arnaut de Toledo e Peterson Razente Camparotto, *O Conceito de poder na filosofia política de Marsílio de Pádua*, quando comentam que:

Pode-se afirmar que o respeito à lei consiste numa espécie de educação cívica, uma educação a serviço do poder, na teoria política marsiliana. Seu poder não se restringe à exteriorização da força física, mas preconiza uma educação baseada em preceitos morais numa comunidade civil pela paz. A lei possui, nesse sentido, um enunciado de conhecimento, de inteligência política. Infere-se disso a atenção disponibilizada pelo pensador paduano ao processo legislativo (TOLEDO; CAMPAROTTO, 2003, p.273).

Percebemos esta ideia tanto na Idade Média quanto na contemporaneidade. Com relação à importância de se observar e seguir as leis o quanto antes, encontramos os escritos do autor de Immanuel Kant, em sua obra *Sobre a Pedagogia*, assinalando que:

[...] O primeiro esforço da cultura moral é lançar os fundamentos da formação do caráter. O caráter consiste no hábito de agir segundo certas máximas. Estas máximas são em princípio, as da escola e, mais tarde, as da humanidade. Em princípio, a criança obedece a leis, mas subjetivas; elas derivam da própria inteligência do homem. Nenhuma transgressão da lei da escola deve ficar impune, mas seja a punição sempre proporcional à culpa (KANT, 2004, p.76).

As regras ou leis estão presentes na sociedade, colaborando para sua organização, e devem estar presentes na vida das pessoas desde muito cedo. Kant enfatiza a questão do caráter, uma das qualidades citadas por Marsílio de Pádua, e ambos os autores concordam com a ideia de que se uma regra for transgredida, se deve colocar uma punição adequada à situação.

Percebemos ainda na obra de Marsílio de Pádua a importância das leis para que a sociedade possa civilizar-se, na medida em que as pessoas cumprem as leis estas afastam-se da barbárie, ou seja, passam a agir cada vez mais racionalmente evitando o que poderia destruir esta sociedade.

Marsílio de Pádua reitera que mesmo que um governante seja justo, este pode, por vezes, errar em seus julgamentos por diversos motivos, como, por exemplo, estar estimulado pelo amor ou pelo ódio, por isso ressalta o valor de se seguir uma lei, pois assim os julgamentos podem ser realizados com menos influencias das inclinações humanas. O autor destaca a finalidade da lei:

O objetivo precípua da lei é concorrer para o bem comum e para o que é justo na cidade. O secundário consiste em proporcionar uma certa segurança e estabilidade governamental, especialmente quando se trata de príncipes que exercem o poder graças ao direito de sucessão hereditária. (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.119).

Desta forma, verificamos a importância das leis para a garantia do bem comum e da justiça na cidade e também de proporcionar uma segurança para os cidadãos, pois garantira que os governos tenham um respaldo legal e não tomem decisões baseados em suas próprias aspirações.

Marsílio de Pádua segue sua obra afirmando que fica a cargo dos cidadãos da cidade a autoridade para legislar. O autor define quem são os cidadãos da cidade, asseverando que estes são os que participam do governo e colaboram de forma deliberativa e judicial, completa, e que ficam fora da definição de cidadão as crianças, os escravos, os estrangeiros e as mulheres. A esse respeito, encontramos na obra de Marsílio de Pádua o seguinte:

Ora, como todos os cidadãos devem equanimemente ser regulados pelas leis, e ninguém conscientemente deseja se prejudicar nem sofrer injustiças, eles ou sua maior parte querem que haja leis que correspondam ao interesse comum (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.135).

Com leis elaboradas segundo a vontade da maioria das pessoas, estas certamente serão mais facilmente cumpridas, pois nelas estará expresso o que é melhor para todos, ou seja, normas que colaborarão para o bem comum de toda a sociedade.

Marsílio de Pádua acredita que da mesma forma que cabe aos cidadãos a elaboração das leis, também é mais correto que estes possam escolher quem os governará e de que forma isto irá ocorrer.

4. QUAL SERIA A MELHOR FORMA DE GOVERNO?

Marsílio de Pádua trata em sua obra das mais diversas formas de governo, mas afirma que todas essas formas resumem-se em dois tipos distintos: um seria o governo temperado e o outro o corrompido. O governo temperado seria aquele no qual se governa para o bem comum, de acordo com a vontade dos governados, observando as leis determinadas pelos e para os governados; já o corrompido seria o inverso.

Na obra estudada, o autor discorre sobre qual das diversas formas de governo seria a mais conveniente, citando as diferenças entre a monarquia real, a aristocracia, a república, a tirania, a oligarquia e a democracia. O autor cita também as várias formas de se instituir um governo; para ele, dentre todas as formas de governo a mais coerente seria a monarquia eletiva, porque:

[...] nas monarquias eletivas, o monarca governa muito mais de acordo com a vontade dos súditos, promulgando leis mais políticas, conforme já dissemos, que estejam em função do bem comum. [...] Além disso, obtém-se o melhor governante através dessa forma de escolha, e é oportuno que a melhor pessoa se ocupe dos negócios políticos, pois, ela, deve regular as ações civis dos demais cidadãos (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.112 e 113).

Na citação, percebemos o que Marsílio de Pádua acredita ser necessário para uma política racional. Para ele, a monarquia eletiva colabora com tais fatores, pois considera a vontade dos cidadãos, diferentemente de algumas outras formas de governo, como, por exemplo, a oligarquia. O autor defende que a política deve ser praticada pelos homens em favor dos homens, e desta forma a sociedade poderá ser justa, perfeita e conseqüentemente tranquila.

O autor salienta em sua obra a importância de algumas características que devem estar presentes em um bom governante; para ele, o ideal é que a pessoa seja prudente, correta, tenha um bom caráter e além disso, possua a virtude moral e a justiça, pois tais características poderão colaborar para que seu governo seja duradouro. O autor ressalta: “[...] A prudência é necessária para guiar sua inteligência na ação de governar (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.145)”.

Já no que diz respeito às qualidades que um governante deve possuir Marsílio de Pádua, destaca as ideias de Aristóteles:

As pessoas destinadas a ocupar cargos mais elevados devem possuir três qualidades. Primeira: amor pela sociedade civil instituída. Segunda: poder com vista a executar as principais obrigações governamentais. Terceira: virtude e justiça. (ARISTÓTELES, Política, Livro V, cap. 4).

Na citação acima, o filósofo reforça que as qualidades de um governante devem estar a serviço da sociedade.

Em relação à escolha desse governante, Marsílio de Pádua esclarece que esta escolha pode se dar de maneira diferenciada de acordo com cada região, mas deve-se sempre respeitar o legislador. A este cabe, como já dissemos, elaborar as leis, modificá-las ou tomar qualquer atitude relacionada. E caso esse governante desrespeite alguma lei, cabe igualmente ao legislador puni-lo.

Marsílio de Pádua entende que o governante deve seguir a vontade da maioria, mas em contrapartida, deve estar disposto a colaborar com todos os grupos sociais da cidade em suas funções específicas. O autor esclarece que o governante tem uma função primordial na cidade e deve estar sempre atuante, pois caso falte, poderá causar um enorme prejuízo a toda sociedade. Nesse sentido, nos deparamos com a seguinte ideia.

[...] o governo, conforme a lei humana ocupa o primeiro lugar na sociedade civil e na e para a vida presente aqui na terra, isto é, no propósito de se viver em comunidade civil, tem competência para instituir os outros grupos sociais, determiná-los e conservá-los e todos eles lhe serão subordinados (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.161).

Notamos aqui como deve ser a organização hierárquica da cidade, o governante deve ocupar o primeiro lugar, coordenando de forma harmoniosa a sociedade e adequando-a se necessário, e todos os grupos sociais devem seguir o que for expresso por este.

Na sequência deste trabalho, abordamos um grupo instituído na comunidade para colaborar na moderação dos atos humanos, daqueles cometidos conforme a vontade dos homens, preparando-os para uma vida em outro mundo.

5. O CLERO

Marsílio de Pádua faz uma breve retomada dos escritos sagrados com relação ao rompimento do homem com Deus por meio do pecado. Inicia discorrendo sobre como viviam Adão e Eva, em estado de inocência e graça, e que o casal desobedeceu a Deus, tendo assim que ser punido e privado da felicidade eterna. Desse modo, toda humanidade passa também a ser excluída dos privilégios aos quais teriam direito pela graça Deus.

Não obstante, como Deus é misericordioso, encontrou, de acordo com Marsílio de Pádua, uma forma de reaproximar os homens d'Ele pelo seguimento de alguns preceitos. Conforme a história, por intermédio de Moisés, Deus institui uma lei visando ao viver bem nesta e em outra vida. Marsílio de Pádua explica:

Os homens cumprindo tais preceitos não somente ficam isentos dos castigos, conforme tinha ocorrido com seus antepassados, observando os primeiros, mas ainda tornam-se merecedores da felicidade eterna, face à sua disposição para a graça, como se se tratasse de um pacto entre eles e Deus. (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.97).

Para Marsílio de Pádua, Deus faz uma aliança com os homens, e desde que estes cumpram sua lei, recebem a graça de serem perdoados de seus pecados por meio de seu filho Jesus Cristo, e assim podem obter a salvação.

Essa mesma lei estabelece que deve existir nas comunidades pessoas destinadas a ensinar os preceitos e os conselhos da Lei Divina, instruindo os homens em matérias práticas e teóricas, moderando seus atos e mostrando no que se deve acreditar e como se deve agir para viver bem aqui na terra e alcançar a vida eterna, estes seriam os sacerdotes.

Marsílio de Pádua destaca que “[...] a finalidade do sacerdócio como instituição reside na instrução e educação dos homens, de acordo com a Lei Evangélica, no tocante ao que é necessário acreditar, fazer e evitar [...] (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p. 99)”.

Os sacerdotes integram um grupo presente na sociedade, e como os demais grupos, tem sua função definida e sua própria causa final, que nesse caso é “[...] a

pregação da Lei Divina e a ministração dos Sacramentos, de acordo com o que estabelece tal Lei (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p. 99)".

Notamos que cada grupo social tem seu papel, sua finalidade e sua causa final estabelecida e cada um deve se ocupar do que lhe cabe, sendo assim, a sociedade se manterá organizada e funcionando o melhor possível.

Objetivando esclarecer qual o real papel do clero, Marsílio de Pádua faz algumas explanações sobre as responsabilidades que Cristo estipulou para os apóstolos e também sobre o que não estaria a cargo deles.

Segundo o autor, Cristo poderia transmitir aos seus apóstolos ou a qualquer outra pessoa um poder pleno para dominar todas as coisas, para criar ou destruir qualquer coisa, se assim Ele quisesse, mas Cristo não quis assim. Nem mesmo o próprio Cristo veio a esse mundo para dominar ou governar. Pelo contrário, Ele fez-se submisso temporalmente, eximiu-se de fazer julgamentos aqui na Terra e também proibiu seus apóstolos e sucessores de o fazerem.

De acordo com os escritos sagrados, Jesus Cristo, em várias passagens, afirmara que 'Seu reino não é deste mundo', certamente querendo dizer que Ele não veio a este mundo para reinar, mas para ensinar sobre o reino dos céus. Isto é comprovado, conforme Marsílio de Pádua, pela Bíblia Sagrada no Evangelho de João, capítulo XVIII, versículo 36, na ocasião em que Cristo é levado a Pôncio Pilatos e interrogado a respeito de ser o rei dos judeus e Jesus responde: "Meu Reino não é deste mundo. "[...] Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos com certeza teriam combatido para eu não ser entregue aos judeus" (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p. 234)".

Marsílio de Pádua ressalta que se Jesus Cristo quisesse exercer o poder temporal e coercivo, Ele o faria, mas segundo o próprio Cristo não foi para reinar temporalmente que Ele veio a este mundo, mas para erigir um reino nos céus, pois por meio de suas palavras nas Sagradas Escrituras podemos perceber que o reino que Ele sempre menciona é o Reino dos Céus e Ele fala de castigar ou recompensar as pessoas somente no referido Reino. A esse respeito, Marsílio de Pádua assevera:

[...] Cristo recusou o governo do mundo, isto é, fazer julgamentos coercivos aqui na terra, pelo que deu o exemplo aos seus Apóstolos

e discípulos e aos sucessores dele para que agissem de maneira semelhante, mas também que Ele ensinou, por meio de sua atitude e com sua pregação, que todos os homens, padres ou leigos, devem estar real e pessoalmente subordinados ao julgamento coercivo dos príncipes seculares (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.239).

Observamos a ideia do autor de que Jesus Cristo viveu neste mundo seguindo os preceitos deste mundo. Segundo as escrituras sagradas, teria ordenado também aos seus seguidores que o fizessem, tanto que até mesmo pagar os impostos temporais Cristo teria pagado, subordinando-se ao poder temporal e também teria aconselhado seus discípulos que assim o fizessem.

De fato, podemos perceber isto na passagem de Mateus, capítulo XXII, versículos 17, 20 e 21, nos quais temos a narração da situação em que os judeus questionam Cristo: “[...] Diz-nos que te parece: é lícito pagar imposto a César ou não? [...] e Cristo responde: [...] Daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.240)”.

Jesus aconselha os judeus a seguir o que era a eles proposto pelo imperador; quando os judeus acreditavam que Cristo se oporia ao pagamento do tributo à César, ao contrário, Ele os aconselha a pagar o devido e também a se preocuparem em fazer o que era devido a Deus.

Em conformidade com as escrituras, Cristo deixa claro que estando aqui na Terra, mesmo sendo Filho de Deus, Ele estava vivendo como homem e, portanto, sujeito às leis humanas, submisso ao juízo secular. Mesmo podendo exercer qualquer poder aqui na Terra Cristo não o fez e também não se intrometeu nos julgamentos terrenos, sendo eles justos ou não, e recomendou que seus seguidores também não o fizessem.

Nesse sentido, Marsílio de Pádua utiliza em sua obra uma passagem do evangelho de Mateus, capítulo XXII, em que os discípulos discutiam para saber quem entre eles seria o maior, ao que Jesus diz: “[...] Aquele entre vós que quiser tornar-se o maior, seja vosso servidor. [...] É desse modo que o Filho do Homem veio a este mundo: não para ser servido, mas para servir (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.247)”.

Para o autor, Jesus se coloca como submisso na esfera temporal e pede a seus discípulos que se portem da mesma forma, dando exemplo de humildade e servidão, colocando-se a serviço do próximo, diferentemente muitas vezes daqueles

que detêm o poder temporal, pois estes, normalmente, além de se colocarem em primeiro lugar, ainda usam do poder coercivo para serem respeitados e servidos.

Marsílio de Pádua afirma que para que os apóstolos continuassem seguindo seu exemplo, Cristo não quis que nenhum deles ou seus seguidores assumissem qualquer poder temporal, ou fizessem também julgamentos seculares.

Na obra de Marsílio, observamos a recomendação do apóstolo Paulo para aqueles que estiverem dispostos a trabalhar pela causa de Deus, os quais deveriam se manter afastados das questões terrenas, principalmente para aqueles que se tornariam padres ou presbíteros, pois como vimos a sua missão seria a de educar e instruir os homens sobre a lei evangélica.

Marsílio de Pádua ressalta a importância da educação, porque por seu intermédio os homens adquirem um caráter, aprendem sobre política, como viver em sociedade e também são instruídos na fé; portanto, a educação é importante em todas as instâncias da sociedade.

6. EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

Durante algum tempo, a Igreja considerava-se suprema e organizava da forma como melhor lhe convinha a sociedade, principalmente entre os séculos VI e XI. Esse fato pode ser observado não somente na esfera política, na qual pretendia ser soberana, mas também em outros âmbitos da sociedade, como, por exemplo, no que diz respeito à educação. Por um longo período, a educação ficou a cargo da Igreja, que a ofertava por meio de seus monges, pois estes faziam parte da pequena parcela da população letrada da época e estes eram detentores de um grande conhecimento, o que também colaborava para a organização da sociedade. Acerca dessa questão, citamos Oliveira, para quem:

A nosso ver, a Igreja católica foi, do início do século VI até meados do século XI, a única instituição capaz de estabelecer princípios de governo seja porque era a instituição mais organizada da sociedade em função, inclusive, do seu contato com o mundo romano, seja porque trazia em seu seio o elemento fundamental para a preservação de qualquer sociedade: o conhecimento. Esse conhecimento era composto, por um lado, da herança do mundo antigo, por meio da preservação de documentos e da cultura, e, por outro, a essência da nova doutrina religiosa da sociedade, o cristianismo. Era em seu meio que os homens nutriam o saber, a Filosofia cristã/Escolástica. Foram, portanto, essas duas condições que forneceram legitimidade à Igreja para governar. Foram os homens medievais que deram a esta instituição o governo que ela passou a exercer. Não se trata, portanto, de uma força extrínseca e tirânica que a levou a usurpar um poder que não lhe era devido (OLIVEIRA, 2005, p.7).

Com o tempo e com as grandes transformações sociais, começam a surgir outras formas de ensino fora dos mosteiros. Entre os séculos XIII e XIV notamos a disseminação das obras de Aristóteles e de outros escritores laicos e aumentam-se os questionamentos em torno da soberania da Igreja e em seu interior surgem algumas reformas. Nessa época, vemos também a ascensão da escolástica, que faz a junção entre o conhecimento filosófico e os saberes sagrados, até então ensinados pela Igreja. Com o pensamento escolástico percebemos uma forma própria de pensar o medieval, o qual, por seu turno, surgiu no interior das escolas do medieval e colaborou para o esclarecimento das questões da época. Entretanto, não

se pode considerar a escolástica apenas como um método de ensino; mais que isto, ela foi uma maneira de os medievais se explicarem. Nesse sentido, Oliveira nos traz uma definição de escolástica:

[...] trata-se de uma nova forma de pensar que traz em seu bojo o conjunto da sociedade, que, de algum modo, atinge desde o mais humilde dos homens até o soberano. Com efeito, em sua essência, a Escolástica busca explicar o homem em sua fé e em sua natureza humana. Por isso, não podemos considerar a Escolástica de um ou de outro ângulo, pois isso significa empobrecê-la. Antes de tudo, devemos considerá-la como uma forma de explicar a essência do ser humano e da natureza em uma dada época histórica (OLIVEIRA, 2005, p.10).

De acordo com Oliveira (2005), devemos analisar a escolástica como um todo e não somente em alguns aspectos, pois esse pensamento fez parte do medievo e auxiliou grandemente em seu desenvolvimento, diferentemente do que pensam muitos autores que consideram o período como um intermédio, onde nada se criou e apenas se manteve o conhecimento dos filósofos antigos e a tradição dos primeiros padres da Igreja.

A educação esteve fortemente ligada à religião por um longo período da história; durante a Idade Média o pensamento escolástico foi imprescindível nessa ligação e possibilitou um enorme desenvolvimento intelectual para o período. Monroe, na obra *História da Educação*, expõe seu pensamento acerca desse fato:

Pelas considerações anteriores sobre a escolástica e as universidades viu-se que os últimos tempos da Idade Média estavam longe de ser a “Idade das Trevas”, que a vida intelectual desses séculos foi abundante e intensa e que as atividades educativas foram grandes (MONROE, 1985, p. 139).

Ao contrário do que encontramos em algumas obras, a Idade Média muito contribuiu para iluminar e esclarecer diversas questões. Nesse período, houve também uma rica produção intelectual e artística que perdura até a atualidade.

Essa herança que o medievo nos deixou foi construída devido às diversas mudanças que ocorreram nessa época, como, por exemplo, o renascimento do comércio, a expansão marítima, o fortalecimento da burguesia e o renascimento

cultural. A Europa, por exemplo, vinha se transformando aos poucos em uma sociedade urbana, bem diferente do que vivera durante o feudalismo.

Tais condições colaboraram para a procura cada vez maior pelo conhecimento, e surgem as universidades, muito mais que simples instituições de ensino, as quais reuniam estudantes de diversas regiões que buscavam ampliar seus conhecimentos.

As universidades foram muito importantes para esse embate entre os poderes laico e religioso em muitos sentidos, colaboraram de forma indireta, fortalecendo e estimulando a discussão sobre esse assunto entre seus mestres e alunos, gerando inúmeros escritos ora em defesa do poder laico ora do poder religioso e colaboraram de maneira direta para que muitas dessas instituições fossem criadas por príncipes ou por bispos visando à legitimação de seus poderes. Aldo Janotti, em sua obra *Origens da universidade*, afirma que:

Duas condições – além de interesses, sem dúvida, os da Igreja e do Estado – presidiram as origens das universidades europeias em geral: condições sociais e condições culturais. As condições sociais estão ligadas ao renascimento urbano que a Europa conheceu, a partir do século XII: cada vez mais surgindo uma nova Europa, em contraposição a antiga Europa, a Europa agrária. Tudo se modifica, com o renascimento urbano: condições econômicas, sociais propriamente ditas, políticas, religiosas e culturais. E também condições pedagógicas, pois a supremacia do ensino até então detidas pelas escolas monásticas, o que quer dizer, pelas escolas rurais, é transferida para as escolas episcopais, isto é, para as escolas urbanas. E a universidade ira surgir como consequência, principalmente do desenvolvimento das escolas episcopais. É, portanto, a universidade uma instituição caracteristicamente urbana. [...] A universidade surgiu assim como resultado de dois renascimentos, atuando solidariamente: o da cidade e o da cultura (JANOTTI, 1992, p.16-17).

Desse modo, o surgimento das universidades esteve ligado intimamente a um momento de profundas mudanças e de uma grande abertura na sociedade; surgia uma instituição urbana que consolidava a valorização do ensino. Segundo Janotti (1992), “[...] das instituições que a Idade média nos legou, a universidade foi das mais características [...]”.

Na visão de Marsílio de Pádua, para que uma sociedade possa ser consolidada, os mais jovens devem ser educados para poderem realizar as atividades a que estão propensos, colaborando para o bom andamento das cidades,

esclarecendo que cabe ao legislador se preocupar com o que deve ser ensinado e como isso deve ocorrer. Em suas palavras, “[...] o legislador deve se preocupar especialmente com a educação dos jovens, pois onde isso não acontece, a sociedade civil é muito prejudicada (MARSÍLIO DE PÁDUA, 1997, p.158)”.

Ao expor suas ideias, observamos que o autor se preocupa em mostrar as verdades produzidas pelo conhecimento adquirido ao longo do tempo. Nesse sentido, citamos Talita Cristina Garcia, que em sua dissertação de mestrado intitulada: *A paz como finalidade do poder civil: O Defensor Pacis de Marsílio de Pádua (1324)* esclarece esse fato ao pontuar que:

A verdade humana se revelou com o tempo, o saber ampliou-se e aperfeiçoou-se até chegar a um nível máximo possível de completude em uma pessoa. Marsílio se serviu de outros pensadores porque acredita que as descobertas pessoais eram sempre pequenas. Por isso tomava por verdade o que os grandes disseram, não por eles mesmos, mas pelo conhecimento acumulado em seus intelectos. O paduano preocupava-se em retomar a verdade que se revelou ao longo do tempo (GARCIA, 2008, p.49).

Ao usar exemplos de outros pensadores, Marsílio de Pádua afirma que apenas as suas descobertas não eram suficientes, seria importante contar com a sabedoria de outros para reforçar sua teoria e demonstrar o que acreditava ser a verdade.

Com uma educação adequada desde muito cedo, os cidadãos teriam mais condições de se organizar em sociedade, de renovar e aperfeiçoar seus conhecimentos, exercendo as funções que lhes são pertinentes, assumindo seus papéis de cidadãos, escolhendo seus governantes, contribuindo na elaboração de leis justas que os regulem e propiciando o viver em paz e tranquilidade.

CONCLUSÃO

Neste estudo, percebemos a estreita relação entre educação, política e religião, bem como observamos que a educação esteve muito ligada à separação dos poderes laico e eclesiástico, que o poder político muitas vezes se utilizou da educação para alcançar seus objetivos e que a Igreja também fez uso da educação para a transmissão de seus conhecimentos ao mesmo tempo que para a civilização da população.

Nesse âmbito, verificamos que as universidades foram cruciais nesse embate, que grandes instituições foram criadas ora por papas, ora por príncipes buscando a legitimação de seus poderes e grandes mestres se posicionaram a favor do poder laico ou do poder religioso, influenciando seus alunos ou seguidores.

O conhecimento e as ciências passaram a ser cada vez mais valorizados e utilizados para promover o bem estar da sociedade, porque à medida que os cidadãos são educados, têm a possibilidade de discernir entre o certo e o errado, elaborar e conhecer as leis, podendo segui-las a contento e no caso de descumprimento das mesmas, serem punidos.

Marsílio de Pádua ressalta que a educação para a fé (católica) deve ficar a cargo dos padres e presbíteros, que estes devem ensinar tudo o que for necessário para que o homem possa viver bem nesta vida e alcançar a salvação. Todavia, para que estes o façam devem estar plenamente cientes de seu papel e não devem se envolver nas questões seculares, pois assim poderão dedicar-se plenamente ao que se refere ao Reino de Deus.

Neste sentido podemos refletir a respeito da necessidade de estarmos cientes dos nossos papéis na sociedade e de os cumprirmos da melhor forma possível, pois assim também estaremos colaborando para o bom andamento de nossa sociedade.

As questões analisadas por Marsílio de Pádua continuam pertinentes na contemporaneidade, uma vez que ainda encontramos embates travados entre poder político e poder religioso em todo o mundo, causando diversos problemas na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, I. P.; CASIMIRO, A. P. B. S. (Org.). **Educação e Religião**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

CAMPAROTTO, P. R.; TOLEDO, C. A. A. O conceito de poder na filosofia política de Marsílio de Pádua. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 25, n. 2, p 267- 276. 2003.

GARCIA, T. C. **A paz como finalidade do poder civil**: O Defensor Pacis de Marsílio de Pádua (1324). Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.

GUIMARÃES, M. Uma análise acerca da educação escolástica no século XIII. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2009, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2009.

JANOTTI, A. **Origens da universidade**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1992.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. 4 ed. Piracicaba: Ed. da Unimep, 2004

MARSÍLIO DE PÁDUA. **O defensor da paz**. Tradução e notas José Antonio Camargo Rodrigues de Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, T. **A Escolástica**. São Paulo: Editora Mandruvá, 2005.

STREFLING, S. R. A concepção de paz na *civitas* de Marsílio de Pádua. **Acta Scientiarum Education.**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 153-161, 2010.